

CONTRIBUIÇÕES RECENTES AO DEBATE DA PROBLEMÁTICA ÉTICA NO BRASIL

A persistência da moral contra-reformista

Antonio

Paim

a) A circunstância singular de Portugal

A Contra-Reforma em Portugal estendeu-se pelos séculos XVI, XVII e XVIII, estabelecendo uma espécie de cordão de isolamento em relação ao conjunto de manifestações do pensamento moderno. Em matéria de filosofia, manteve-se adstrita ao culto de Santo Tomás, no que Joaquim de Carvalho denominou de *Segunda escolástica portuguesa*. É óbvio que este movimento não se acha desprovido de interesse e até contribuiu para a reelaboração do conceito de metafísica, através da obra de Pedro da Fonseca (1528-1597)²². Contudo, bloqueou toda a discussão quanto ao papel e ao lugar da ciência moderna no conjunto do saber, fechando a questão em torno da física aristotélica, porquanto era de fé que existissem formas substanciais e acidentais; ou seja, tornou-se peça-chave na luta contra os protestantes no que respeita à graça da salvação e à própria função da Igreja.

Os enunciados teóricos, no plano da moral, limitam-se a reafirmar a suposição de que a lei moral se cumpre com vistas à vida eterna.

Essa reafirmação dos postulados de São Tomás encontra-se, basicamente, no primeiro livro do *curso conimbricense*, dedicado à *Ética a Nicômaco* de Aristóteles, da lavra do padre Manuel de Góis (1545-1597), aparecido em 1586. Em Portugal não se fez nenhuma edição da própria obra de Aristóteles, limitando-se o acesso ao seu pensamento aos comentários citados. Com base nas diretrizes ali contidas, produz-se a obra dos chamados moralistas: em Portugal, o padre Manuel Fernandes — autor de *A alma instruída na doutrina da vida cristã* (1688) — e o padre Manuel Bernardes — *Estímulo prático para seguir o bem e fugir ao mal* (1730) —, entre outros, estudados por José Maurício de Carvalho²³ e, no Brasil, Nuno Marques Pereira (1652-1735) — *Compêndio narrativo do peregrino da América*, cinco edições entre 1728 e 1765 — e Feliciano de Sousa Nunes (1730-1808) — *Discursos políticos-morais* (1758) —, a partir dos quais organizou-se a antologia intitulada *Moralistas do século XVIII* (Rio de Janeiro, Documentário, 1979).

b) Enunciados básicos

²² Ferrater Mora observa que o preceptor de Leibniz estudou pela obra desse autor, o que se explica pelo fato de

que os reformadores protestantes evitavam recorrer a Aristóteles.

²³ *Caminhos da moral moderna; a experiência luso-brasileira*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1995.

A julgar pelos textos até então mobilizados, a moral contra-reformista poderia ser caracterizada deste modo:

1. *O homem está na terra por simples castigo*, sendo uma verdadeira dádiva superar o mais rapidamente possível essa situação transitória. Nuno Marques Pereira escreve: “Sabei que é este mundo estrada de peregrinos e não lugar nem habitação de moradores porque a verdadeira pátria é o Céu, como assim adverte São Gregório. (...) E quem assim conhecer sua Pátria, com razão poderia dizer com David: ‘Ai de mim porque é prolongada a minha peregrinação’.”

2. *A condição de peregrino destina-se a fixar o lugar na vida eterna*. Ainda o mesmo autor: “E assim permitiu Deus que a vida fosse breve, para que ele nem com as propriedades se enobrecesse, vendo o pouco tempo que as havia de gozar, nem com os adversários perdesse o ânimo, vendo que em breve haviam de acabar. (...) tendo por grande aventura o comprar, com trabalhos de uma breve estada na terra, os gostos eternos na Glória, onde deve sempre ter o seu pensamento.”

3. *“O homem é um vil bicho da terra e um pouco de lodo”* (Nuno Marques Pereira). Trata-se de uma linhagem católica cuja expressão acabada parece encontrar-se em Lotário de Segni, elevado ao trono papal (1198-1216) com o nome de Inocêncio III, cujo *De contemptu mundi* (O desprezo do mundo) é revelador do mais solene desprezo não tanto pelo próprio mundo mas pela condição humana, colocada mesmo abaixo dos vegetais. Assim, escreve: “Anda pesquisando ervas e árvores; estas porém produzem flores, folhas e frutos e tu produzes de ti lândias, piolhos e vermes; elas lançam do seu interior azeite, vinho e bálsamo e tu, do teu corpo, saliva, urina, excrementos.” Comentando esse texto, pareceu a Rodolfo Mondolfo (1877-1976) que, não obstante o humanismo franciscano, teria predominado no pensamento medieval “a exigência geral de humildade de parte do homem, afirmando a dependência da revelação e da autoridade”, o que explicaria a reação do Renascimento (*Figuras e ideas de la filosofia dei Renacimiento*, Buenos Aires, Ed. Losada, 1954; tradução brasileira, Mestre Jou, 1967).

4. *Condenação da riqueza*. É conhecido o refrão segundo o qual seria mais fácil a passagem de um calibre (cabo de certa espessura usado em embarcações) pelo fundo de uma agulha do que se dar a entrada do rico nos reinos do céu. Essa passagem bíblica seria glosada ao paroxismo pela Contra-Reforma portuguesa. Feliciano de Sousa Nunes, nos seus *Discursos políticos-morais* (1758), escreve o seguinte: “As maiores riquezas que pode lograr o homem é a salvação, a liberdade e a vida. E se com a riqueza excessiva a salvação se arrisca, a liberdade se perde e a vida se estraga, como não virá o homem a ser tanto mais necessitado quanto for mais rico? Como não será a sua riqueza excessiva o mais certo prognóstico da sua maior necessidade e miséria? (...) Que se estrague a vida com os excessos da riqueza, não é necessário que o discurso o mostre, basta que a experiência o veja. São tantos os exemplos que esta a cada passo nos oferece que parece escusado nos diga Plínio, que penetrando os ricos no centro da terra vão buscar as suas riquezas à mesma região dos mortos; e mais desnecessário lembrar que Saul por querer um reino perdeu a vida; que Adão, por comer superfluamente um pomo, ficou a tantas misérias sujeito; e que Baltazar pelas suas demasias se viu em uma noite condenado à morte; e nem de outros muitos que acompanhando aquele rico miserável do Evangelho ainda nesta vida chegaram a não ter uma gota d’água, pelos excessos das suas riquezas. (...) porque ainda que ignorássemos o que a respeito nos dizem São Mateus, São Marcos, Santo Agostinho e outros muitos Santos e Doutores da Igreja de Deus, (...) deles o réprobos, também se

lastima Cristo (...) e por isso diz São Jerônimo que todas as grandes riquezas são filhas ou netas da iniquidade ou injustiça porque um não pode achar o que o outro não tem perdido; concluindo com aquela sentença de Aristóteles, que o rico ou é injusto ou do injusto é herdeiro.”

5. Nuno Marques Pereira fala da “santa virtude da pobreza” e esclarece: “a pobreza é um hábito da vontade humana alumiada do entendimento e se contenta um homem com só aquilo que lhe é necessário e lhe basta, desprezando o supérfluo e o desnecessário (...) Esta mesma professam todos os estados de pessoas que fazem particular voto dela, como virtude que abre o caminho para a entrada do repouso eterno. (...) E desta participam também todos os ricos que repartem com Deus e com seus pobres o que lhe sobra do sustento necessário de seus estados e dignidades”.

No caso do Brasil, pode-se inquestionavelmente tomar os textos de Nuno Marques Pereira e de Feliciano de Sousa Nunes como expressivos do estado de espírito da elite dirigente até mais ou menos os meados do século XVIII, quando Pombal se dispõe a combatê-lo. *O compêndio narrativo do peregrino da América* de Nuno Marques Pereira, é apontado como o único livro que mereceu cinco edições sucessivas entre 1728 e 1765, em meio a atividade editorial deveras escassa. Feliciano Sousa Nunes era alto funcionário da administração do Rio de Janeiro, sendo além disto o fundador da *Academia dos Seletos*, que reunia a intelectualidade local.

c) Indícios da persistência

São muito eloqüentes as evidências de que a moral contra-reformista tornou-se um dos ingredientes fundamentais de nossa moralidade social básica. O ódio ao lucro e à riqueza são sentimentos amplamente difundidos, sendo muito generalizada a condenação ao capitalismo. Defendê-lo, ainda hoje, não deixa de ser uma temeridade. A esse propósito registro alguns fatos que parecem eloqüentes.

Num debate recente acerca do liberalismo social intervieram as diversas correntes de opinião existentes no país (socialistas, social-democratas, liberais sociais e conservadores liberais). Representando os socialistas, o jornalista Reynaldo Jardim afirmou que optaria pelo que chamou de socialismo liberal. Neste os trabalhadores disporiam de direitos e padrão de vida equiparáveis aos existentes nos países desenvolvidos, circunstância que não registra talvez por desconhecer o que seja Welfare State. Asseguradas tais conquistas aos trabalhadores, o socialismo liberal garantiria ao capitalista o direito de fazer o que quisesse com o dinheiro que lhe sobrasse. E prossegue: “Ele tem cinco aviões, palácios em Amsterdam, toma banho com champanha francesa. Ótimo, desde que esteja cumprindo um estatuto que assegura a quem trabalha condições de vida decentes” (*Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1992). Vê-se que o Sr. Reynaldo Jardim tem ódio à riqueza e ao lucro, desprezando os empresários que, na sua visão, não têm nenhuma função social.

Esse sentimento de ódio irracional diante do lucro e da riqueza é algo de mais difundido do que se pode imaginar na atual realidade brasileira. Registro depoimento expressivo de uma personalidade que, acredito, simbolizou a mentalidade que presidiu a modernização econômica promovida pelos governos militares, o general Alencastro e Silva. O conhecido militar, em seu livro *Telecomunicações — histórias para a história* (1990), diz, entre outras coisas, que “o lucro muitas vezes cheira mal..A vida me ensinou a aceitar, embora com repugnância, este determinismo do regime capitalista”.

Onde será que o general Alencastro adquiriu essa vivência com o capitalismo que lhe provocou tamanha repugnância? Em sua biografia consta ter transitado diretamente dos quartéis para cargos na burocracia a exemplo da Telebrás. Tudo leva a crer que ele sempre soube que o capitalismo não prestava, que o lucro cheira mal.

O capitalismo inventou o telefone e difundiu-o. Realizou maravilhas no plano das Comunicações. O general tem na devida conta essas conquistas da técnica. Mas nem de longe as associa ao capitalismo. Na sua visão, este veio do esterco. É interessante registrar essa idéia de que riqueza provém de algum lugar tenebroso, que nos é tão familiar, desde pelo menos o século XVIII.

A recusa do capitalismo antes mesmo de vivenciá-lo não é fenômeno recente em nosso país, mas relativamente velho. Numa primeira aproximação vamos encontrá-la nas últimas décadas do século passado.

O socialismo surgiu como uma reação moral dos intelectuais aos efeitos sociais da Revolução Industrial, com a formação de grandes aglomerações urbanas e, o trabalho fabril baseado em jornadas intermináveis. Romancistas de enorme talento, como Dickens, carregaram nas tintas — embora sua obra tenha sobrevivido como expressiva da maldade humana, em geral, e não da maldade capitalista, em particular —, e sua mensagem há de ter calado fundo na consciência da elite da época. Dando notícias dos levantamentos — alguns privados e outros oficiais, que então se fizeram —, os historiadores portenhos Ellauri e Baridon escrevem: “Na cidade inglesa de Manchester, mais da metade habitava em sótãos. Na França, os operários têxteis trabalhavam de 16 a 17 horas por dia e recebiam salário miserável. Nas minas de carvão da Inglaterra, as crianças arrastavam vagonetes pelas galerias nas quais era difícil passar um adulto, em troca de pagamento ínfimo. Na Alemanha, algumas indústrias utilizavam os serviços de menores de até cinco anos de idade. Em toda parte, as mulheres recebiam remuneração extremamente reduzida. A mortalidade dos proletários assumiu caráter alarmante” (*História universal. Época Contemporânea*, 17ª edição, Buenos Aires, Kapelusz, 1972).

De sorte que o socialismo obedece a uma inspiração eminentemente moral. Os fundadores dessa doutrina provêm todos da elite proprietária ou da alta intelectualidade. Exagerou-se o fato de que Proudhon tenha sido tipógrafo e revisor — o que se supõe haja causado viva impressão em nosso Antero de Quental —, enquanto procurou-se dourar a condição de fabricante de cerveja de seu pai. A exemplo de Jesus Silva Herzog — incumbido de preparar para o Fondo de Cultura do México uma *Antologia do pensamento econômico-social*, aparecida em 1963 —, que escreve: “su padre fue un honrado elaborador de cerveza en pequeña escala”.

Esses homens de elite, diante de uma situação real, que se desenvolvia às suas vistas, imaginaram uma solução radical. Abolir o capitalismo para, em seu lugar, colocar um regime baseado na Justiça. O substrato último dessa colocação reside no suposto de que as pessoas seriam (ou poderiam ser), como eles próprios, seres morais. Não pretendo discutir agora essa premissa, mas não poderia deixar de assinalar que se trata de uma impossibilidade.

Nesta altura, cabe perguntar: como se passaram as coisas onde não houve Revolução Industrial, onde não surgiram fábricas concentradoras de grandes contingentes humanos onde não se verificou nenhuma “fome de aço” e, para tanto, não foi preciso mobilizar todas as pessoas aptas ao trabalho, mesmo crianças, e enfiá-las em soturnas galerias de minas subterrâneas?

Creio que foi Sílvio Romero o primeiro pensador a enfrentar essa questão. Na

segunda edição de seu livro *Doutrina contra doutrina*, aparecida em 1895, inseriu uma longa introdução com este título: “Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles”. Nesse texto Sílvio Romero faz profissão de fé socialista mas não se furta ao registro do caráter artificial das agremiações surgidas no país (“temos nós aqui também o nosso partido operário, segundo todos os sintomas; temo-lo até já dividido entre três ou quatro grupos, conforme não menos evidentes sinais”). Acrescenta: “As grandes leis da história hão de se cumprir também no Brasil; nós também havemos de ter o nosso quarto estrato triunfante. Não há dúvida. (...) Mas para que, por prazer de imitação, ou por qualquer outro móvel ainda menos desculpável, havemos de fantasiar fatos que não possuímos, problemas que não nos assentam e só podem servir para aumentar a confusão, desnortear os espíritos e dificultar a vida da nação?”

Na visão de Sílvio Romero, “as condições para a existência de um partido reivindicador dessa natureza são sempre e por toda parte: país demasiado cheio de população, concentrada esta especialmente em grandes cidades industriais”. Parece-lhe, com razão, que a situação do Brasil em nada se assemelha à dos países industriais. Com a pequena exceção de alguns fazendeiros, senhores de engenho ou proprietários urbanos, a grande massa é pobre, mesmo os pequenos proprietários urbanos e rurais. Se tivessem sido feitos aqui estudos como os que se promoveram na Europa sobre a situação da classe operária — menciona os devidos “a Carlos Marx e Engels sobre as classes operárias na Inglaterra; os de Bebel e Liebknecht sobre as da Alemanha” —, ninguém se lembraria de comparar aos burgueses ricos dos países abastados nossa elite proprietária. A pequena indústria local é sempre insignificante. O país nitidamente não dispõe de poupança para empreender o caminho da industrialização.

Ora, sejamos francos, continua Sílvio Romero, “onde está aí, em todas essas classes, o trabalhador famélico que veja suas forças exploradas criminosamente pelo capitalismo? Não está em parte alguma, é a resposta irrefragável”. Avança esta conclusão: “É por isso que o caráter de macaqueação da democracia social brasileira é visível a olhos desarmados. Na Europa, a grande massa estruge famélica: aqui espera talvez fazer alguma greve pilérica sonhada por algum deputado ambicioso. Na Europa, quando não está na luta pertinaz, comemora suas datas com manifestações assombrosas; aqui faz alguma passeata acadêmica ou vai ao São Pedro ou ao Lucinda assistir algum espetáculo burguês.”

Sílvio Romero limita-se entretanto a fazer a constatação e não a aprofunda, ainda que não se possa negar-lhe o mérito de haver contribuído para o surgimento da sociologia brasileira, isto é, o empenho de voltar-se para a realidade social e tentar compreendê-la. Mas, na verdade, o culturalismo sociológico que introduziu em nosso meio demoraria muito até descobrir o significado da valoração moral, na obra de Oliveira Viana, ou mais precisamente para chegar ao ponto de partida do culturalismo de Tobias Barreto em sua genialidade, que nunca é demais enaltecer, ao indicar que a moral perpassa a sociedade e permite compreendê-la.

Como se vê, o socialismo da geração brasileira que fez sua aparição nas últimas décadas do século passado não tem, do lado da sociedade, nada que lhe corresponda autenticamente. Essa espécie de socialismo é, portanto, anterior ao capitalismo.

Do que precede, parece evidente a longa sobrevivência, em nosso meio, da moral contra-reformista, que, aliás, tem passado incólume, isto é, sem merecer a necessária avaliação crítica, razão pela qual imprescindível se torna efetivá-la.

d) Avaliação crítica

No interior da cultura persistem muitas interrogações. Como se consolidam as tradições culturais, ou melhor, como se dá que determinadas opções tornam-se impregnantes e permanecem no tempo? Tanto a sua duração como o próprio começo constituem grandes mistérios. No caso aqui tratado, para o historiador das idéias resta ainda uma questão intrigante: será que a longa sobrevivência da moral contra-reformista não reside na circunstância de que jamais haja sido criticada? O fato, igualmente curioso, é que esse ideário moral atravessou sem percalços as centúrias subseqüentes desde a segunda metade do século XVIII. Pombal poderia ter-lhe desfechado um golpe de morte mas preferiu concentrar-se nas conseqüências mais visíveis, isto é, a perda de bonde da história ao voltar as costas à Época Moderna, buscando de alguma forma recuperar o tempo perdido. Quando se deu início à organização do sistema representativo, no Segundo Reinado, perdeu-se outra oportunidade ao manter-se a religião oficial e, portanto, na prática, perpetuar a subordinação da moral à religião, prerrogativa de que souberam valer-se, no plano teórico, os tradicionalistas sob a competente liderança de d. Romualdo Seixas (1787-1860). Na discussão moral realizada nesse período, os ecléticos não conseguiram distinguir-se dos tradicionalistas, ou só o fizeram tardiamente, ao aderir à doutrina formulada por Paul Janet (1823-1899), nos anos oitenta, quando o inimigo a combater já era outro. Este iria inaugurar todo um século de cientificismo moral, com o agravante de que, pelo menos em duas circunstâncias concretas, contribui para o fortalecimento da tradição moral contra-reformista, sob o Apostolado Positivista e na versão positivista do marxismo, de certa forma confundida no plano político, em épocas mais recentes, com a pregação socialista dos católicos.

Cabe portanto perguntar: a história teria sido a mesma se a moral contra-reformista tivesse sido devidamente criticada?

De todos os modos, essa crítica não mais pode ser postergada, razão pela qual proponho-me a dar esse primeiro passo, na esperança de que possa vir a ser aperfeiçoado.

A moral contra-reformista deve ser enfrentada em primeiro lugar, no próprio plano religioso em que se apresenta e só subseqüentemente no plano moral.

Não há nenhuma dúvida de que o texto bíblico faz nitidamente uma opção pelos pobres. Os estudiosos entendem que, ao tratar de questões concretas relacionadas à sobrevivência material, os grandes profetas, instituidores da religião judaica, não poderiam deixar de refletir a situação real do estado civilizatório em que se encontravam. A sociedade havia superado o nomadismo, tornando-se sedentária. A agricultura e os criatórios constituíam-se nas atividades predominantes. Sobretudo a agricultura dependia inteiramente das condições naturais. Cabe lembrar a história de José, vendido como escravo aos egípcios pelos próprios irmãos, que se revelou administrador, tendo galgado altos postos na administração do faraó. Sua grande façanha consistiu em fazer provisões para enfrentar anos de seca, alertado por um sonho do faraó que interpretou de forma adequada (Gn. 39, 42). A questão que se coloca pode ser formulada deste modo: preceitos bíblicos relacionados a situações concretas (mais precisamente a determinado estado civilizatório e, no caso específico, às atividades econômicas predominantemente agrícolas) devem permanecer inalterados se aquelas circunstâncias se modificam?

A tradição judaica deu a essa pergunta uma resposta muito precisa no que se refere ao perdão das dívidas que deveria ocorrer no ano de jubileu (a cada sete anos e no cinquentenário seguinte ao sétimo jubileu consecutivo), sendo este o texto bíblico: “No sétimo ano farás a remissão, a qual será celebrada desta maneira. Aquele a quem é devida

alguma coisa por seu amigo, ou por seu próximo, ou por seu irmão, não a poderá exigir, porque é ano da remissão do Senhor. Poderá exigí-la do peregrino e do estrangeiro, mas não terás direito de a exigir dos teus compatriotas nem do teu vizinho” (Dt. 15).

O preceito em causa estava relacionado à atividade agrícola: o agricultor pobre, em ano de colheita ruim, podia recorrer aos fazendeiros mais bem sucedidos, obtendo meios para o seu sustento e da família, sem receio de perda da propriedade ou outros danos maiores se as condições naturais permanecessem desfavoráveis e não pudesse repor o empréstimo logo nas colheitas seguintes. Como disse o sábio Hillel, segundo a tradição oral, tratava-se de ajudar aos pobres. Para preservar o espírito da recomendação, diante de situações requerendo empréstimos, devidas a outras circunstâncias, notadamente comerciais, Hillel concebeu o que se denominou de *prosbul*, isto é, o registro dos empréstimos que poderiam ser cobrados no tempo devido, independentemente do jubileu. A par disto, o próprio instituto do jubileu caiu em desuso a partir da época da destruição do Primeiro Templo, em 588 a.C., quando as tribos do Norte foram exiladas e jamais regressaram à sua terra ancestral.

Para compreender devidamente o poder e os limites dos grandes rabinos de reinterpretar disposições contidas no texto sagrado, convém ter presente que os judeus não tomam o Velho Testamento como um bloco único, devendo-se essa praxe aos cristãos, graças à criação do que se denominou de Novo Testamento. Na tradição judaica, os cinco livros do Pentateuco formam um corpo autônomo, designado como *Torah* (a Lei), no qual a figura central é Moisés, contendo 613 mandamentos, isto é, regras de comportamento para os principais aspectos da vida. Segundo aquela tradição, a *Torah* foi ditada por Deus a Moisés em torno de 1200 a.C., logo depois do êxodo do Egito. Os demais livros do que chamamos de Velho Testamento estão subdivididos deste modo: os 21 iniciais constituem o *Nevim*, considerado como relato histórico do povo de Israel desde a morte de Moisés à destruição do Primeiro Templo e o denominado exílio da Babilônia (586 a.C., como indicamos). Os textos subseqüentes são chamados de *Katuvim*, reunindo relatos históricos e de outra índole (o livro de Job, por exemplo).

Em torno da *Torah* criou-se uma grande tradição de comentários orais, somente compilados em nossa era por volta dos anos 200. Na opinião do rabino Joseph Telushkin, autor de vasta caracterização das principais tradições judaicas²⁴, compilação tão tardia deve-se ao fato de que os rabinos supunham que o texto oral obrigava os alunos “a manter relações estreitas com seus mestres, entendendo que os mestres, e não os livros, conservam melhor a tradição judaica”. Essa primeira compilação é conhecida como *Talmud da Babilônia*, que, por sua vez, suscitou novas discussões a ela agregadas, por volta do ano 400, no *Talmud Palestino*. Esses ensinamentos são também conhecidos como *Mishna*²⁵.

Hillel, o autor da fórmula denominada de *prosbul*, é uma das grandes figuras religiosas e morais do judaísmo. Presumivelmente viveu no século inicial do primeiro milênio antes de nossa era, isto é, três séculos depois de Moisés, quando a vida econômico-social muito se sofisticara. Devia ser um homem preocupado com a aplicação do código

²⁴ *Jewish Literacy. The Most Important Things to Know About the Jewish Religion, its People and its History*, Nova York, Willian Morrow, 1991.

²⁵ A riqueza desses ensinamentos morais, preservados pelos judeus, pode ser visualizada na magnífica antologia preparada por J. Guinsburg, *Do estudo e da oração*, São Paulo, Perspectiva, 1968.

naquilo que chamaríamos hoje de “cláusulas pétreas”. Assim, entre as máximas que proferiu e vieram a ser preservadas, consta a seguinte: “O que lhe é prejudicial não faça ao seu vizinho. O resto é comentário — agora vá e estude (ou reflita).”

O *prosbul* e o subsequente abandono do ano do jubileu têm sido estudado por eruditos de nomeada. Suas principais conclusões foram resumidas por David Novak, professor de Estudos do Judaísmo Moderno, na Universidade de Virgínia, e publicadas por Peter Berger na coletânea a que deu o título de *The Capitalist Spirit. Towards a Religious Ethic of Wealth Creation* (San Francisco, California, Institute for Contemporary Studies — ICS, 1990).

O estudo de David Novak intitula-se “Economics and Justice: a Jewish Example”. Segundo afirma, a prática inalterada do ano do jubileu manteve-se “até a época de Hillel, o Velho, que liderava o povo judeu na Palestina, durante o primeiro século a.C. A *Mishna* menciona especificamente que este grande e influente sábio inventou procedimento chamado *prosbul* para possibilitar o reembolso dos empréstimos durante o ano sabático sem violação literal da lei bíblica. Sem essa medida, o sistema de empréstimo do rico ao pobre corria o risco de entrar em colapso”. A *Mishna* descreve o *prosbul*, continua, como consistindo num documento firmado perante a Corte, autorizando-a cobrar o empréstimo considerado na transação, e designa-o, escreve David Novak, “como um dos ordenamentos de Hillel destinados ao ‘reparo do mundo’, que é um conceito rabínico similar ao *Bonum cum mane*, onde o bem da sociedade como um todo requer o ajustamento de direitos legais privados”.

Prosseguindo na exposição, escreve esse autor “Na mais compreensiva monografia crítica de que dispomos, acerca do *prosbul*, o erudito judeu húngaro Ludwig Blau argumentava, há cerca de sessenta anos, que o *prosbul* tornou-se necessário quando o povo judeu da Palestina deixou de ser basicamente uma comunidade agrícola e transformou-se, em resposta às novas circunstâncias econômicas existentes no mundo ao seu redor, numa comunidade de artesãos e comerciantes. Foi essa mudança fundamental na economia que tornou necessário procedimento que alterasse o efeito da lei, preservando a sua letra. Blau entende a situação como um conflito básico entre a moralidade religiosa e a realidade econômica, exigindo aquela espécie de compromisso.” O texto a que se refere foi publicado em Budapeste no ano de 1927.

Na comunidade instituída na Palestina, sob rigorosa base religiosa — mostra David Novak — a riqueza era parte de um sistema que repousava na inteira posse da terra de Israel pelas doze tribos. Tratava-se de um sistema econômico fechado. O ano do jubileu visava assegurar a transmissão inalterada dessa herança a seus membros. Desde que o território de Israel deixa de estar sob o controle das doze tribos originais, em decorrência do exílio (e da chamada diáspora), subsequente ao século VI a.C., “os rabinos reconhecem que o sistema do jubileu não mais podia funcionar”.

Maimonides (1135-1204) não refere expressamente o *prosbul*, mas tem presente que o preceito relativo ao perdão das dívidas está relacionado à atividade agrícola e à adequada distribuição da terra entre as doze tribos. Assim, é digno de registro que no 136º Preceito Positivo, relativo à santificação do ano do jubileu (cinquenta anos), observa o seguinte: “O Jubileu é observado apenas na Terra de Israel, e com a condição de que cada tribo permaneça em seu próprio lugar, ou seja, que cada uma permaneça no seu território da Terra de Israel, e que não se misturem umas com as outras.” No Jubileu (139º Preceito Positivo), as terras voltam aos seus proprietários originais. Mas a terra vendida dentro das muralhas da cidade, depois de um ano, torna-se propriedade do comprador e não é

devolvida no Jubileu. Sobre o cancelamento das dívidas (141º Preceito Positivo), diz que as escrituras falam de dois tipos de desistência: a desistência de terra e a desistência de dinheiro. A Torah ordena a desistência de dinheiro apenas quando a lei referente à desistência de terra estiver em vigência²⁶”.

Entendo que o fato histórico descrito serve para comprovar a hipótese que formulei em outra oportunidade²⁷ do código moral judaico-cristão de um núcleo imutável e de uma periferia que sofre alterações. Como bem entreviu Kant, na esteira das descobertas de Joseph Butler, a moral ancestral estrutura-se em torno de um ideal de pessoa humana, configurado a partir das idéias de *perfeição, responsabilidade, amor do próximo e liberdade*. A periferia mutável, que se encontra no próprio Decálogo, são duas instituições básicas em que repousa a sociedade, a saber: a família e a propriedade.

De sorte que, embora o interesse pelos despossuídos, a solidariedade e a caridade sejam uma componente perpétua de nossas melhores tradições morais, a forma de efetivá-lo deve achar-se na dependência das circunstâncias históricas concretas. Escapa à sociedade descrita no Pentateuco o imperativo de *gerar a riqueza*, como se dá na moderna sociedade industrial. Tratava-se ali de manter uma situação igualitária (entre as tribos) original, instituída pelo próprio Criador. O rico ganancioso era certamente uma ameaça ao equilíbrio que o ano do jubileu buscava preservar. Na Época Moderna, embora a avareza ou o ócio devam continuar merecendo a nossa condenação, no seio dos detentores da riqueza (ou dos que se proponham alcançá-la) há uma figura digna de ser exaltada - o *empresário*. Pela razão muito simples de que agora estamos diante de uma sociedade de abundância (ao contrário da sociedade primordial, vitimada pela escassez) e a única maneira de a imensa maioria ter acesso à variada gama de bens e serviços, disponíveis na sociedade, é através do *emprego*. E ainda que a busca da riqueza pelo empresário não vise diretamente ao bem-estar geral, ao propiciar novos empregos está desempenhando função primordial. O resto fica por conta daquilo que nós liberais denominamos de *igualdade de oportunidades* e é parte de nosso programa desde as versões desse ideário que se formularam a partir da segunda metade do século passado.

De modo que, do ângulo estritamente religioso, a preservação da moral contra-reformista corresponde a uma brutal distorção do espírito da lei moral que herdamos de nossos mais remotos ancestrais.

Considerada a questão do ângulo ético, tampouco se sustenta a moral contra-reformista. Que afirma pretender? A eliminação da pobreza. Compete, pois, discutir tal pretensão e o modo de superá-la, se isto é efetivamente possível.

No que se refere ao tema da pobreza, a verdade é que nunca foi, entre nós, discutido com a propriedade devida conforme procuro evidenciar no livro *O liberalismo contemporâneo* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995; capítulo sexto, “A questão da pobreza”, pp. 153-96). Quando é considerada de modo sério, sobressai desde logo aquilo que Alexis de Tocqueville (1805-1859) denominou de “paradoxo da pobreza”, isto é, o alargamento desse conceito na medida em que tem lugar o progresso material. Segundo a arguta observação do notável pensador, “o inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol”. No período anterior, a pobreza

²⁶ Maimonides, *Os 613 Mandamentos*, São Paulo, Nova Stella, 1990, pp. 141 ss.

²⁷ *Modelos éticos. Introdução ao estudo da moral*, São Paulo, Ibrasa-Champagnat 1992 (em especial o capítulo 7, “O que é mutável na moral e como se processa essa mudança”).

consistia em não ter o que comer. No país mais rico de seu tempo, a Inglaterra dos meados do século passado, “a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas”.

Em que pese a circunstância, a evidência é que o capitalismo alcançou razoável distribuição de renda; eliminou a indigência desassistida e reduziu o contingente de pobres (pobreza relativa, como adverte Tocqueville) a parcelas ínfimas da população. No livro antes mencionado transcrevo indicadores comprobatórios dessa verdade no que se refere à Inglaterra e aos Estados Unidos.

Quanto a este último país, famílias pobres são definidas como aquelas cuja renda anual oscila, presentemente (ano fiscal 2006/2007), em torno de US\$ 20.000. Num país como o Brasil, famílias com renda mensal de US\$ 1.500 seriam consideradas como pertencentes à classe média. O padrão de vida norte-americano é, entretanto, muito alto. Dados estatísticos disponíveis para 1992²⁸ indicam que 40% das famílias pobres norte-americanas dispunham de casa própria; 64% tinham automóvel e 91%, televisão em cores, índices que continuaram ampliando-se. Em que pese ao clamor da crítica contra os benefícios que a sociedade proporciona a tais famílias através do *social security*²⁹, o contingente de pobres, daquela forma definido, situa-se abaixo de 15% da população. Esse contingente é ainda menor em outros países desenvolvidos.

A constatação que se pode fazer é que o capitalismo não só criou uma sociedade de bem-estar material, sem precedentes na história da humanidade, como alcançou invejável distribuição de renda. Na prática realizou as promessas básicas do socialismo, o que se pode comprovar pelo confronto entre as duas Alemanhas, efetivado em seguida.

A reunificação alemã foi formalizada pelo tratado assinado em agosto de 1990, alguns meses depois da queda do muro. Desfeita a Cortina de Ferro, o Ocidente passou a ser informado do brutal atraso econômico daquela área (a RDA), que se considerava a mais próspera e desenvolvida dentre os satélites soviéticos.

Segundo o esquema marxista, o imperativo socialista decorreria do fato de a propriedade privada dos meios de produção, na sociedade industrial, transformar-se num obstáculo à continuidade do progresso técnico (no jargão marxista, diz-se “forças produtivas”, conceito equívoco que provocou muita celeuma por envolver não só as máquinas, mas também os homens). Subsidiariamente, o capitalismo produziria, em oposição ao pólo da riqueza, o pólo da pobreza (ainda segundo o jargão, “pauperização absoluta e relativa do proletariado”). Do lado capitalista (consideramos naturalmente as nações desenvolvidas, que são as únicas merecedoras, de fato, da denominação de capitalistas, não sendo este o caso do Brasil, que estaria melhor caracterizado como patrimonialista, parente próximo do socialismo), o fenômeno não ocorreu. Mas, e do lado socialista?

As duas Alemanhas prestam-se, de modo excepcional, ao exame da questão: a mesma língua; idênticas tradições culturais; mão-de-obra igualmente educada e até a

²⁸ James T. Patterson, *America's Struggle Against Poverty. 1900-1994*, Harvard University Press, 1994.

²⁹ O *social security* é a única modalidade sustentada na forma de imposto, sendo programa de renda mínima (complementa a remuneração das famílias que ficam abaixo do índice adotado como correspondendo à família pobre). Os republicanos pretendem equipará-lo às demais modalidades (aposentadoria, saúde e desemprego), sustentada na forma de seguro. Criou grupos familiares que vivem s suas expensas. Reforma republicana, (aprovada em 1995) limita a concessão de doações financeiras a cinco anos. Mais grave é que levou à proliferação do instituto da mãe solteira, com reflexos assustadores nos níveis de delinqüência juvenil e adolescente.

mesma religião (perversamente, sendo os protestantes imensa maioria na RDA). O resultado de meio século de socialismo, de um lado, e de capitalismo, de outro, deve servir para uma avaliação definitiva dos dois sistemas.

O nível de vida dos alemães ocidentais alcançou padrões dos mais altos no Ocidente. Nos começos dos anos sessenta, quando os efeitos mais visíveis da devastação, provocada pela guerra, haviam sido ultrapassados (as cidades foram arrasadas e nos anos cinqüenta conseguiu-se desbloquear as ruas, quando muito, deixando à mostra os quarteirões destruídos), a renda familiar (média mensal) oscilava em torno de US\$ 600 (US\$ 7.200 anuais), destinando-se dois terços à alimentação, vestuário e moradia. Em 1992, já equivalia a US\$ 3.000 mensais, absorvendo a alimentação, o vestuário e a moradia apenas a metade. Quando da reunificação, a renda média familiar mensal no lado oriental era da ordem de US\$ 1.200/1.400 (em valores anuais teríamos; respectivamente, US\$ 36 mil no Ocidente e US\$ 14,4 mil/16,8 mil na ex-RDA).

Nos tempos do socialismo, criou-se o mito de que na Alemanha Oriental não havia desemprego. Os próprios alemães ocidentais acreditaram nesse mito, o que os levou a avaliar por baixo os custos da unificação. Estimava-se que o fechamento de empresas ineficientes na ex-RDA iria deixar sem trabalho cerca de 1 milhão e meio de pessoas. Para absorvê-las, foram iniciadas obras expressivas a fim de modernizar a infra-estrutura, por conta do Estado. Ao longo dos primeiros quinze anos subseqüentes à reunificação, a Alemanha Ocidental já havia investido um trilhão e quinhentos bilhões de euros na parte oriental.

A quantidade de pessoas sem funções nos antigos “Kombinats” da ex-RDA elevou aquele número a 3 milhões, obrigando o governo alemão a criar programas adicionais. A circunstância ampliou grandemente a taxa de desemprego, tomado o país como um todo. Mais grave tornou-se a inexistência de seguridade social, no sentido próprio do termo (seguros para aposentadoria, desemprego e assistência médico-hospitalar). No Leste, de modo geral, os comunistas limitavam-se a tapar o sol com a peneira. Cabe lembrar que entre as soluções por decreto, nos países socialistas, estava a proibição da mendicância³⁰.

O confronto entre as duas Alemanhas sugere que o socialismo se transformou — para usar a feliz expressão de Meira Penna — numa “opção pela pobreza”, no que se refere aos padrões de vida. Para não falar da desmoralização dos sindicatos na ex-RDA, transformados em “bois de presépio” do governo comunista, enquanto na Alemanha Ocidental acumulavam vultosos recursos financeiros, o que lhes permitiu participar de diversos empreendimentos prósperos além da co-gestão. Ironicamente, no que se refere ao operariado foi no Ocidente, sob o capitalismo, que se cumpriram as promessas do socialismo. Assim, a condenação do consumismo que se gerou no Leste europeu, não abriga nenhuma componente moral. Trata-se simplesmente do ônus da ineficiência do socialismo, que se revelou, para ater-me ao jargão marxista, o grande obstáculo ao florescimento das “forças produtivas”.

³⁰ Nesse particular, estudos que só agora tem sido possível realizar por especialistas ocidentais comprovam que a seguridade social na Rússia, constituída como contribuições exclusivas do Estado ou diretamente das empresas estatais, virtualmente inexistente. Noventa por cento dos aposentados e pensionistas (cerca de 50 milhões) vivem abaixo da linha de pobreza e seriam, no Ocidente, classificados como indigentes. Somente depois do fim do comunismo, começou-se a erigir um sistema equivalente ao que existe Ocidente, a partir de uma herança verdadeiramente trágica.

(Transcrito de *Momentos decisivos da história do Brasil*. Martins Fontes, 2000 p.277-294)

A Ausência da Ética no Pensamento Brasileiro

Ubiratan

Borges de Macedo (1937/2007)

A ausência de reflexão ética chama a atenção dos estudiosos da cultura brasileira. Mário Vieira de Mello foi um dos primeiros a observar o fato em 1963 no seu clássico de interpretação da cultura brasileira: "É curioso e sintomático que até hoje o pensamento brasileiro se tenha voltado para a metafísica, para a cosmologia, para a antropologia filosófica, para a epistemologia, para a filosofia da ciência, mas não tenha manifestado uma vez sequer interesse pela importante literatura ética que a nossa época vem produzindo." (*Desenvolvimento e Cultura - O Problema do Estetismo no Brasil*. p.262 da 2ª ed..1970). Mesmo levando-se em conta a modéstia da nossa contribuição global para a cultura e especificamente para a Filosofia, ainda assim é notável o fato. Sobretudo se comparado com dois países de igualmente mestiços e de proporções similares às brasileiras. Um, o México, o maior país hispano-americano e o outro os Estados Unidos, o primeiro de matrizes culturais similares à brasileira, o outro com matrizes culturais anglo saxãs e protestantes, mas ainda assim ocidentais e cristãs, não está tão longe de nós quanto um país de cultura asiático ou mesmo árabe. Nos Estados Unidos há uma abundância de textos éticos, próprios ou traduções, há revistas (como a antiga 'Ethics' hoje publicada pela Universidade de Chicago), sociedades dedicadas ao ensino, estudo e debate de temas éticos. No México, embora em menor escala, há uma intensa presença de excelentes compêndios de Ética com elevadas tiragens e edições. Para citar como exemplo uma editora a Porrúa na capital mexicana apresentava em seus catálogos entre outros três manuais: a *Ética* de Eduardo García Maynez, na sua 25ª edição em 1985; e a *Ética* de José Ruben Sanabría na, 10ª edição em 1986 e os *Princípios de Ética Social* de Francisco Larroyo, na 14ª edição de 1971. Todos os manuais de excepcional qualidade e de orientações diversas, axiológica o de Maynez, tomista o de J. Ruben e neo-kantiano o de

Larroyo. Muito conhecida entre nós é a *Ética* de A. Sánchez Vazquez outra obra mexicana com inúmeras edições. Entre as mais recentes a *Ética* de Gustavo Escobar Valenzuela já na 3ª edição em 1992, isto sem a menor preocupação de levantamento bibliográfico. O pensador argentino Mariano Grondona na introdução a seu livro *Bajo el Imperio de las Ideas Morales*, aponta esta ausência de textos éticos como característica de sociedades subdesenvolvidas. "Onde mais se ensina Ética é porque existe uma vasta preocupação moral". (p.15, Ed. Sudamericana, B. Ayres, 1987).

O outro lado da moeda no Brasil, é a inexistência de textos de Ética filosófica, refletindo num primeiro momento sua não presença nos currículos secundários e universitários, e num segundo momento, o desinteresse até há pouco da sociedade sobre o tema. Mais do que desinteresse, moralismo era o nome de uma perversão cultural com que até há pouco, entre nós, se acusavam os adversários. Tal partido político ou tal personalidade estaria inquinada de moralismo isto é, desinteressada do progresso material do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, alguns contrastes em obras literárias reforçavam esta percepção. Os principais romances de Machado de Assis, autor dos mais significativos da cultura nacional, tratam do adultério por exemplo: *Dom Casmurro* e as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. Na literatura americana encontramos o romance *A Letra Escarlata* (1850) de Nathanael Hawthorne, que trata à mesma época também do adultério. No livro de Hawthorne, o adultério entre a mulher de um marinheiro ausente por mais de dois anos sem notícias, seria talvez excusável. Mas tal não acontece todo o enredo gira em torno do horror do pecado, da culpa que sofrem os infelizes envolvidos no adultérios, na violência da punição pela comunidade, e pela vida inteira de boas ações da protagonista Hester Prynne para expiar a culpa. Nos romances brasileiros, mais tarde apenas algumas dezenas de anos o clima é totalmente diverso, não há punição da comunidade, nem concurso de magistrados na sua punição, talvez algum mexerico. Em *Dom Casmurro* o adultério é tão tênue e misterioso como os olhos cor de ressaca de Capitu, a protagonista. Termina-se a leitura com a dúvida houve mesmo adultério? Nas *Memórias* não há dúvida o adultério é escrachado a adúltera indica o ponto do muro da casa onde poderia penetrar o adúltero no lar. Mas o mais o grave é no capítulo XCVI, ao ser denunciado o adultério ao marido, a

reação da adúltera Virgília: "falta de comoção, de sustos e até de remorsos", narra Machado de Assis e com astúcia elimina as suspeitas do marido e assume uma atitude de firmeza que admiramos ante o perigo contrastando com o susto do adúltero. Sai engrandecida do episódio a personagem, culpada aliás, pela lei, pela religião vigente e pela moral tradicional. Este contraste literário reforça a idéia de leviandade moral e crise ética em nossa comunidade. De que os recentes e continuados escândalos seriam a cabal demonstração.

Mário Vieira de Mello, continuando o diagnóstico pessimista de Paulo Prado em *Retrato do Brasil* (1928) sobre a crise moral brasileira, dá-lhe uma original explicação contrastando o estetismo e o ético, estádios da personalidade segundo Kierkegaard. Por ter sido formado o Brasil no clima do romantismo estaríamos imersos na fase estética da personalidade aquém do ético que seria necessário implantar pela reflexão ética onde o exemplo de Sócrates e Platão seriam decisivos. No mesmo livro Vieira de Mello, julgava sem influência entre nós a moral da contra-reforma.

Antonio Paim, em sua *História das Idéias Filosóficas no Brasil* e em particular no *Roteiro para Estudo e Pesquisa da Problemática Moral na Cultura Brasileira* (UEL, 1996) analisou com cuidado essa influência através de um grupo de obras menores (que constituem a ética "real" do país, mais do que os mestres Suarez, Molina, D. Soto, Vitória e M. Goes, da primeira geração da contra-reforma como as de Nuno Marques Pereira (*Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, 1728), Matias Ayres (*Reflexões sobre a Vaidade dos Homens*, 1752), e J. Feliciano de Sousa Nunes (1758), as quais mostram em especial o anti-capitalismo, o desamor à riqueza e ao trabalho. como uma de suas notas mais constantes. José Mauricio de Carvalho, comprovou a tese e mostrou outros desdobramentos no seu livro: *Caminhos da Moral Moderna: A Experiência Luso-Brasileira* (Itatiaia. 1995). Paim conseguiu também averiguar uma prematura tentativa frustrada da escola eclética em erigir a moral social independente da religião, e outra também mal sucedida dos positivistas em fundamentarem a moral na ciência. Para Paim o autoritarismo implícito da contra-reforma explicaria a fraca moral social brasileira. A moral, conduta autônoma, não se desenvolveria num contexto onde suas normas fossem impostas heteronomamente. A moral da contra-reforma estreitamente codificada pela ameaça da heresia transformava-se numa espécie de direito, num legalismo, que ao exigir um diretor de

consciência para sua aplicação, gerou uma irresponsabilidade e uma imaturidade no agente ético face à heteronomia acarretada pela prática de tal ética. É de todos conhecida a terrível crítica feita por Pascal nas cartas 5 a 11 a um provincial ao casuísmo gerado por tal legalismo, que com seu probalismo contribuiu de vez para a desmoralização da moral, reduzindo-a casos sempre desculpáveis e destruindo a responsabilidade moral. Ruy Barbosa ao caracterizar na introdução ao *Papa e o Concílio* (1878) nosso "estado moral" nos mesmos termos aponta como causa, também, a herança da contra-reforma, institucionalizada na união igreja e estado. Aliás já A.C. Tavares Bastos no seu opúsculo de 1861: *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* apontava a mesma causa para nossa "decadência moral".

Seria verdadeiro tal diagnóstico, a contra-reforma seria a causa da fraqueza da moral social em nosso país? Certo como mostrou A. Paim (conferir *A Querela do Estatismo* (TB-Rio, 1994)) ela constitui uma pesada herança que resiste à modernização, à adoção da democracia, e da tolerância civil. Mas nem todos os países com tal herança apresentam essa fraqueza em sua moral social e a falta de reflexão ética até agora, nossa característica.

Mário Vieira de Mello, nos fornece uma pista alheia a seus propósitos (a julgar por seu outro livro *O Conceito de Uma Educação da Cultura -Com Referência ao Estetismo e à Criação de Um Espírito Ético no Brasil* (Paz e Terra, 1986) ao escrever: "Como despertar o interesse pelo problema ético num país como o nosso, dotado de um tão fraco sentimento de religiosidade? Entre nós o espírito da Contra-Reforma não resistiu ao embate do romantismo do século XIX." (p.254, Des. e Cultura).

A palavra chave quanto ao problema ético da cultura brasileira não é contra-reforma mas romantismo, sobretudo este, ainda que algo tenha ficado da primeira, sobretudo no desprezo ao trabalho orgânico e na ojeriza ética à riqueza, mormente porque reforçada nisso nossa moral social pelas idiossincrasias do romantismo.

Só agora, muito recente, começou a se ver no romantismo algo mais que um movimento literário. Victor Hugo já havia no prefácio do *Cromwell* (1827) identificado romantismo com liberalismo, mas só agora (1997) o historiador da ética Warren Ashby escreveu "What has not been obvious is that Romanticism was essentially an ethic. It manifested itself primarily in aesthetic modes, and also it has

its philosophical and political expressions. But at its base Romanticism was an ethic." (p.440, *A Comprehensive History of Western Ethics* - Prometheus Book) .O grande filósofo moralista J. L. L. Aranguren em um estudo histórico sobre a moral social espanhola no século XIX, intitulado *Moral y Sociedad* (1965) opusera à moral iluminista do século XVIII à moral romântica. A ênfase da razão pelos iluministas, surge nova ênfase no sentimento, na espontaneidade, na moral de exceção por oposição à moral universalizante do iluminismo. Sobretudo um repúdio à racionalização da nova forma de vida moderna, laica, racional, urbana e industrial. Os opositores à essa ordem: os bandidos, os ciganos, os boêmios, os estudantes, os heróis libertadores, os heréticos, o conspirador, e o adúltero "El hombre romantico necesita liberarse a todo trance. De ahí su enemiga a las instituciones, a todas las instituciones. El matrimonio aparece a sus ojos no sólo como una institución prosaica y convencional, sino tambien absurda, puesto que impone la fidelidad a la fuerza." (op.cit. p.83).

Nesse contexto começamos a entender a peça de Alvares de Azevedo: *Macário* e a noveleta *Noite na Taverna*, com suas orgias, deboches, profanações tudo na lavra de um mancebo de 20 anos, na esteira de Byron, mas muito mais do que modismo literário havia uma crença no protesto moral que encerrava a apologia de tais personagens e situações frente à sociedade tida como mediocrisante e sufocadora. Sobretudo é necessário ter em mente o "leitmotiv" da libertação da mulher de suas peias sociais e domésticas, ideal que perpassa todo o século 19 de Mary Wollstonecraft, passando por todos os poetas e escritores românticos, M. de Staël à frente até chegarmos a Georges Sand, Stuart Mill e à nossa Nizia Floresta; para entendermos a apologia do adultério e a crítica ao casamento. Neste contexto romântico é que se inscreve Machado de Assis, Hawthorne, muito antes em plena Nova Inglaterra com sua forte tradição puritana, receberia apenas a influência literária do romantismo.

A moral romântica ao insistir no sentimento, no valor do qualitativo frente à regularidade da moral do século anterior, termina por enfatizar como observa Aranguren a cena, a representação é o estetismo, que o romântico Kierkegaard contrapõe ao ético clássico. Os gestos valem mais do que o dever cotidiano, os valores da ética romântica aponta Warren Asby são a liberdade do indivíduo, a amizade (desde os gregos não tinha havido tal ênfase no valor da amizade) a auto

realização além da ênfase no sentimento. Transportado para o plano da vida, os heróis românticos, os libertadores, os poetas criadores, lembrar D. Pedro I, Byron, Benjamin Constant, Mme de Staël, Mary Wollstonecraft, não parecem personagens éticos aos olhos da moral burguesa. A moral do herói da exceção é difícil de ser vista como ética por quem vive e defende outra visão da moral. Não obstante há um fundo ético e não apenas uma mera corrupção nas condutas românticas, e numa sociedade sem tradições como o Brasil, onde não apenas faltavam instituições, mas faltava povo para fazê-las funcionar é natural a aceitação irrestrita do romantismo, sem os contrapesos existentes nas sociedades mais antigas, e mesmo instituições universitárias presentes nos vizinhos e ausentes entre nós. A escassez da reflexão ética, explica-se porque na visão romântica da ética, há pouco que esperar da reflexão racional, mas muito dos entusiasmos, do sentimento moral cultivado, dos gestos a serem feitos, da representação, da lealdade absoluta à amizade, acima da lei abstrata limitativa da personalidade e de origem política dúbia, ligada ao despotismo colonial. Terminada a adaptação à nascente sociedade industrial, superada a crise da transição da sociedade agrícola para a industrializada e urbana, não há mais lugares para os heróis e dissidentes românticos. Assim como enquanto não há vivência religiosa cristã profunda, pode-se tolerar a apologia de Mefistofeles, de Luzbel e outros substitutos românticos de Satanás na literatura, surgida esta vivência, são no mínimo de mau gosto tais manifestações. Superado o romantismo, superada a visão coisificadora da nação como substância, e portanto atribuindo-se à herança histórica um peso exagerado (pense-se quanto ao peso do passado no testemunho do livro *Deus é Brasileiro?, O Imaginário do Messianismo Político no Brasil* de Vamireh Chacon, Civ. Bras., 1990), tendo-se presente que uma nação é uma comunidade resultante de um projeto de futuro, incluindo mais do que o passado, o presente e nele incluso o que se pretende ser, poderemos abrir espaço à reflexão ética, e para novas formas de moral social. Novas formas de moral social de comportamentos e valores novos mais justos e humanistas só surgirão após uma crítica da moral do passado e da do presente e o consenso pela razão pública dos novos valores e instituições. Por isso mais do que a tradição da contra-reforma é preciso analisar criticamente o estetismo presente nas grandes construções românticas do século dezenove quer na reivindicação unilateral do indivíduo como em Kierkegaard

e em Max Stirner ou na do social por Comte e Marx. Nos representando corretamente o papel do indivíduo como único agente ético, mas sempre no seio de comunidades concretas que o individualizam e fornecem um âmbito para sua realização: podemos com uma razão modesta como queria Popper, entre a razão iluminista e o sentimento irracionalista, construir a ética social que vertebre a trajetória histórica de nosso Brasil.

(Transcrito de *A presença da moral na cultura brasileira. Ensaio de ética e de história das idéias no Brasil*. Londrina, Editora UEL 2001, págs. 1-9)

Avanços na determinação do conteúdo do debate ético

Antonio Paim

A meu ver, não se pode dizer que haja sido superada a fase batizada pelo saudoso Ubiratan Macedo (1937/2007) de "ausência da ética no pensamento brasileiro".¹ Contudo, certamente avançamos na determinação dos temas que integrariam a pauta correspondente.

Em 1964, apareceu o livro *Desenvolvimento e Cultura – o problema do estetismo no Brasil*, de Mário Vieira de Melo (1912/2006). Apesar de sua densidade teórica, não despertou maior interesse. Talvez a crueza do diagnóstico haja chocado os que porventura se considerassem visados.

Vieira de Melo defendia a tese de que a cultura brasileira desestimulava uma autêntica vivência moral. Parecia-lhe que a questão era considerada de modo superficial. Atribuía a circunstância à influência do romantismo. Embora considerasse que o diagnóstico traduzia uma situação real, o livro não se apoiava no registro do desdobramento dessa temática na meditação nacional mas na aplicação (sem dúvida brilhante) da tese, de Kirkegaard, segundo a qual a modernidade caracterizava-se pelo confronto entre o princípio ético e o princípio estético. A par disto, não havia naquela época (como não se dá no presente) nenhuma evidência de que a Contra Reforma tivesse sido superada (pelo romantismo, na hipótese do autor).

¹ Título do primeiro ensaio inserido no livro *A presença da moral na cultura brasileira. Ensaio de ética e história das idéias no Brasil* (Editora UEL, 2001, págs. 1-9)

A tese de Vieira de Melo veio a ser reforçada pela adesão que lhe prestou Ubiratan Macedo, no texto antes referido. Embora se trate de uma citação algo extensa, transcrevo-a adiante, porquanto confirma a referida impressão. Depois de assinalar o contraste entre o Brasil e o México, no período recente, no que se refere à edição de textos dedicados à ética, escreve:

"O outro lado da moeda no Brasil -- da inexistência de textos de Ética filosófica--, num primeiro momento, é sua ausência nos currículos secundários e universitários, e num segundo momento, o desinteresse até há pouco da sociedade sobre o tema. Mais do que desinteresse, *moralismo*, nome de uma perversão cultural com que até há pouco, entre nós, se acusava os adversários. Tal partido político ou tal personalidade estaria inquinada de *moralismo*, isto é, desinteressada do progresso material, do desenvolvimento econômico.

Por outro lado, alguns contrastes em obras literárias reforçavam esta percepção. Os principais romances de Machado de Assis, autor dos mais significativos da cultura nacional, tratam do adultério. Por exemplo: *Dom Casmurro* e as *Memórias Póstumas de Braz Cubas*. Na literatura americana encontramos o romance *A Letra Escarlata* (1850) de Nathanael Hawthorne, que trata à mesma época do adultério. No livro de Hawthorne, o adultério da mulher de um marinheiro, ausente por mais de dois anos sem notícias, seria talvez escusável. Mas tal não acontece. Todo o enredo gira em torno do horror do pecado, da culpa que sofrem os infelizes envolvidos, na violência da punição pela comunidade, e, pela vida inteira, das boas ações da protagonista (Hester Prynne) para expiar a culpa. Nos romances brasileiros, mais tarde apenas algumas dezenas de anos, o clima é totalmente diverso. Não há punição da comunidade, nem concurso de magistrados na sua punição, talvez algum mexerico. Em *Dom Casmurro* o adultério é tão tênue e misterioso, como os olhos cor de ressaca de Capitu, a protagonista. Termina-se a leitura com a dúvida: houve mesmo adultério?

Nas *Memórias* não há mais dúvida: o adultério é escachado. A adúltera (Virgília) indica o ponto do muro da casa onde o adúltero poderia penetrar no lar. Mas o mais o grave é no capítulo XCVI, ao ser denunciado o adultério ao marido, a reação da adúltera: "falta de comoção, de sustos e até de remorsos", narra Machado de Assis; e, com astúcia, elimina as suspeitas do marido e assume uma atitude de firmeza, que admiramos, ante o perigo, contrastando com o susto do

adúltero. Sai engrandecida do episódio a personagem, culpada aliás, pela lei, pela religião vigente e pela moral tradicional. Este contraste literário reforça a idéia de leviandade moral e crise ética em nossa comunidade. De que os recentes e continuados escândalos seriam a cabal demonstração.”

No período desde então transcorrido, se há algo a assinalar, nessa matéria, é a confirmação da tolerância (ao que parece infinita) da maioria de nosso povo na condenação de atos confirmados de corrupção de políticos e autoridades governamentais. Deputados que comprovadamente recebiam mesadas do governo (o chamado “mensalão”), para votar projetos oficiais, foram simplesmente reeleitos. O Presidente da República que, obviamente, autorizou esse tipo de operação, limitou-se a dizer que não sabia de nada. E tudo ficou por isso mesmo. Tampouco causou maior espanto que tivesse o patrocínio do PT (tornado partido governamental), justamente a agremiação que, nos tempos da Oposição, pretendia monopolizar a bandeira da moralidade na política.

A sobrevivência de empresas estatais, a par do excessivo poder de interferência do Estado na vida das empresas privadas, equivale à institucionalização da corrupção. Apesar do sucesso das privatizações efetivadas no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, poucos são os políticos que defendem a iniciativa. O próprio FHC tem feito circular a notícia do seu arrependimento e o faria por se manter fiel ao ideário socialista. Além do mais, manifestação de completo distanciamento do que se passa no Ocidente, onde, nem mesmo o Partido Socialista Francês, que continua aferrado ao que os trabalhistas britânicos chamam de “velha esquerda”, ainda identifica socialismo com estatização da economia. Defende a existência de empresas estatais, na França, ao que diz sua liderança, “por razões estratégicas”.

Pode-se, portanto, considerar estabelecido, que se estratificaram na cultura brasileira algumas componentes que comprovam o desinteresse por discussões teóricas destinadas a problematizar as questões relacionadas à moralidade, e, ao mesmo tempo, uma grande tolerância em face de comportamentos flagrantemente imorais.

Assim, a divergência não se situa nesse plano. O que contesto é a inferência daí deduzida, expressa por Mário Vieira de Melo nestes precisos termos: “Entre nós o espírito da Contra Reforma não resistiu ao embate do romantismo do século XIX”. E que veio a merecer o apoio de Ubiratan Macedo.

Persistência da moral contra-reformista

Admito a hipótese de que tanto Mário Vieira de Melo como Ubiratan Macedo hajam partido de uma consideração da Contra Reforma, dissociada do que efetivamente representou na

cultura portuguesa. Teoricamente, a pretensão do Concílio de Trento seria reformar a Igreja, expurgá-la da corrupção do Papado, que determinara o surgimento da Reforma Protestante. Em Portugal não havia qualquer manifestação relacionada ao protestantismo. O inimigo visado correspondeu à modernização econômica patrocinada pelos judeus, em especial a indústria açucareira implantada no Brasil do século XVII.

Antes de mais nada é preciso ter presente que os valores da Contra Reforma foram inoculados na população através do autêntico terror implantado pela Inquisição, do que entre nós não se tem uma idéia muito precisa, razão pela qual insisto nas conclusões inferidas do seu estudo.

No livro *Momentos decisivos da história do Brasil* (2000) passo em revista as obras dedicadas à Inquisição, discussão na qual se envolveram figuras das mais expressivas da intelectualidade lusa: Alexandre Herculano (1810/1877); José Sebastião da Silva Dias (1915/1993); João Lúcio de Azevedo (1855/1933) e, mais recentemente, Antonio José Saraiva (1817/1987) e Francisco Bethencourt (nascido em 1962), além do texto clássico sobre a Inquisição espanhola, da autoria de Henry Kanem. A perseguição aos patrocinadores dos engenhos de açúcar, no Brasil, está igualmente comprovada nos diversos livros que Anita Novinsky dedicou ao tema.

A periodização possibilitada pela consulta às obras em apreço permite afirmar que, embora criada na primeira metade do século XVI, a Inquisição Portuguesa somente se estruturou, de modo acabado, tornando-a apta a afrontar toda espécie de resistência, no reinado de D. João V (reinou de 1706 a 1750), resultado alcançado pelo Cardeal Nuno da Cunha, Inquisidor Geral no período considerado.

Os estudos de Francisco Bethencourt, por sua vez, permitem verificar que a Inquisição não atuava somente através das *Visitações* --membros da Inquisição vindos diretamente da Metrópole. Dispunha de uma rede de agentes locais, os chamados "familiares". Enfim, não é nenhum exagero supor que seria algo de semelhante às redes constituídas pelos soviéticos na Rússia e nos países satélites, sobrevivente em Cuba, graças à qual o povo veio a ser transformado numa massa amorfa, passível de ser mobilizado a fim de fazer crer que o ditador de plantão goza de ampla popularidade. No caso brasileiro, a aceitação passiva da condenação à riqueza, que estava surgindo nos países protestantes, que acabaria tornando-se o grande projeto dos tempos modernos.

Enfim, os levantamentos pioneiros efetivados pela profa. Anita Novinsky, com base nos processos de pessoas provenientes do Brasil, demonstram que os réus eram pessoas abastadas, numa proporção da ordem de 70%, isto é, senhores de engenho, mercadores, pessoas classificadas como "homens de negócio", etc.. O certo é que disso resultou ter sido virtualmente aniquilada a indústria açucareira, justamente o que nos tornara mais ricos que os Estados Unidos no século anterior. Naquela altura teve lugar o que denomino de "opção pela pobreza", em contraste com os americanos do Norte, que preferiram a riqueza.

A par disto, a pregação efetivada, no Brasil da época, foi reeditada (*Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1976). As teses centrais difundidas foram as seguintes: 1ª) O homem está na terra por simples castigo, sendo uma verdadeira dívida superar o mais rapidamente possível essa situação transitória; 2ª) O homem é um vil bicho da terra e um pouco de lodo, consoante a tradição iniciada pelo Papa Inocêncio III (Pontífice de 1198 a 1216); 3ª) Condenação da riqueza (lançamento da consigna segundo a qual "é mais fácil um calabre passar pelo fundo de uma agulha do que o rico entrar no reino dos céus", seguida de sentença, atribuída a Aristóteles, de que "o rico ou é injusto ou do injusto é herdeiro"); e 4ª) A pobreza consistiria numa "santa virtude". Na pesquisa que efetivou em Portugal, dedicada a idêntico período (século XVIII) José Maurício de Carvalho corroboraria essa conclusão².

Em síntese, a moral contra-reformista corresponde à ante-sala da condenação do lucro e da riqueza que, com o correr do tempo, desembocaria na recusa frontal do capitalismo.

Dessa pesquisa, sobressaem duas outras constatações: 1ª) A crítica à Contra Reforma é fenômeno esporádico. Passou incólume no século XIX e em grande parte do século XX. Neste, dois únicos autores correlacionaram-na com as dificuldades encontradas no país para a conquista da modernidade econômica (Viana Moog e Paulo Mercadante); e, 2ª) São abundantes os indícios de persistência da moralidade contra-reformista, caracterizada sobretudo pelo ódio ao lucro e à riqueza.

O sentimento de ódio irracional diante do lucro e da riqueza é algo de mais difundido do que se pode imaginar na atual realidade brasileira. Registro depoimento expressivo de uma personalidade que, acredito, simbolizou a mentalidade que presidiu a modernização econômica promovida pelos governos militares, o general Alencastro e Silva. O conhecido

² *Caminhos da moral moderna: a experiência luso-brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1995.

militar, em seu livro *Telecomunicações — histórias para a história* (1990), diz, entre outras coisas, que “o lucro muitas vezes cheira mal. A vida me ensinou a aceitar, embora com repugnância, este determinismo do regime capitalista”.

Onde será que o general Alencastro adquiriu essa vivência com o capitalismo que lhe provocou tamanha repugnância? Em sua biografia consta ter transitado diretamente dos quartéis para cargos na burocracia a exemplo da Telebrás. Tudo leva a crer que ele sempre soube que o capitalismo não prestava, que o lucro cheira mal.

O capitalismo inventou o telefone e difundiu-o. Realizou maravilhas no plano das comunicações. O general tem na devida conta essas conquistas da técnica. Mas nem de longe as associa ao capitalismo. Na sua visão, este veio do estercor. É interessante registrar essa idéia de que a riqueza provém de algum lugar tenebroso, que nos é tão familiar, desde pelo menos o século XVIII.

A recusa do capitalismo antes mesmo de vivenciá-lo não é fenômeno recente em nosso país, mas relativamente velho. Numa primeira aproximação vamos encontrá-la nas últimas décadas do século passado, fenômeno denunciado por Silvio Romero (1851/1914). E cuja referência paradigmática seria o grande poeta português Antero de Quental (1842/1891).

Outro exemplo expressivo nos é dado por José Maurício de Carvalho, no debate em que se envolveu com Maria Helena Falcão Vasconcelos, educadora de reconhecido valor. Acha-se registrado no *Jornal da AMEF* (Informativo da Academia Mantiqueira de Estudos Filosóficos. Barbacena, Minas Gerais, Ano II, nº 4, fevereiro de 1999).

A tese principal, ponto de partida das considerações da profa. Maria Helena, acha-se formulada deste modo: “O capitalismo expandiu-se pelo mundo inteiro. Tornou-se um império sem fronteiras fixas. Apossou-se das forças físicas e do futuro da ação dos trabalhadores. Pior que tudo isso, porém, mais que qualquer outra estruturação social precedente, investiu e continua investindo pesado na produção social de nossa subjetividade, tomando posse de nossas entranhas, até de nosso inconsciente.”

A argumentação está dirigida no sentido de comprovar que o capitalismo não é “onipotente e infalível”. Como diz, “assumindo propostas”, embora não tenha garantias de sua consecução mas sobretudo para manter viva a esperança, concebe o que seria uma sociedade igualitária e justa. Entre outras características, deveria facultar vivência proporcionada pela “alegria da gratuidade, do fazer pelo prazer de se expressar e produzir o belo, o agradável, o bom. Sem missão a realizar, sem dever a cumprir. Gratuidade só”.

José Maurício de Carvalho procurou corrigir a caricatura do capitalismo resultante da descrição da profa. Maria Helena Falcão Vasconcelos. Mostrou ter proporcionado igualdade de oportunidades e distribuição de renda, “reduzindo as distâncias entre ricos e pobres, ao contrário do que

preconizava Karl Marx". De minha parte, aduziria que o paraíso terrestre que imagina tem pouca probabilidade de vingar, mas por razões contrárias às que invoca. Os homens jamais serão seres morais. Entregues a si mesmos – como ensinava Kant --, cederão às inclinações. Certamente a gratuidade de suas ações serão encaminhadas no sentido da violência

Tanto o General Alencastro como a profa Maria Helena são pessoas das mais representativas de nossa elite, com acervo de serviços prestados ao país. Entretanto, reproduzem um tipo de entendimento de vários séculos atrás, inteiramente dissociado da realidade. Além do mais, baseiam-no no desconhecimento de que os países capitalistas são parcela reduzida no conjunto das nações, do mesmo modo que aqueles onde vingou o Estado de Direito (correspondem apenas a 30% das 200 nações existentes na atualidade).

Nos países capitalistas (vale dizer, no mundo desenvolvido), o capitalismo proporciona à imensa maioria acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade, graças à razoável distribuição de renda e acesso à educação. Por isto mesmo, os índices brasileiros -- educacionais e de concentração de renda -- demonstram precisamente que não somos um país capitalista. Este o primeiro equívoco dos partidários da moral contra-reformista. Sendo o segundo a crença na possibilidade de uma sociedade racional (sem guerras, sem violências, sem arbitrariedades, sem injustiças) postulada pelo iluminismo. Porém o que resultou do progresso material desmente essa crença –quando o que se vê é a profusão da irracionalidade --, cumprindo abandoná-la ao invés de rejeitar o progresso material (na vida cotidiana, os contra-reformistas sequer imaginam renunciar ao conforto da vida moderna: os automóveis, os eletro-domésticos, o progresso da medicina, etc.), fingindo acreditar que tudo isto nada tem a ver com o capitalismo.

Mas vejamos como é alimentada a sobrevivência da moral contra-reformista.

A rigor, nem poderia ser de outra forma dada a pregação da Igreja Católica, brevemente referida adiante.

A pregação da Igreja Católica

É de todo desnecessário recorrer-se a uma publicação do interior de Minas Gerais para detectar a sobrevivência da moral contra-reformista. Basta assistir às missas dominicais do Padre Marcelo, transmitidas pela televisão. O cerne de sua pregação consiste na

condenação ao interesse pecuniário, que seria uma espécie de rota na direção do Inferno. A mensagem de Cristo seria no sentido do completo desinteresse pelas coisas materiais.

É sabido que muitos católicos consideram que a missa do Padre Marcelo corresponderia a um espetáculo do *show-business*, não sendo representativo da Igreja Católica. Mas que dizer da disputa entre a Pastoral da Terra --entidade constituída diretamente pela Igreja-- e o Movimento dos Sem Terra (MST) a propósito da limitação do tamanho da propriedade rural, que advoga abertamente. Parte do MST já se dá conta de que a obtenção de um pedaço de terra, para trabalhar de modo dissociado das cadeiras produtivas do agronegócio, corresponde a uma "enganação", para usar uma expressão da sabedoria popular. Seria adequado rever o projeto e cuidar da integração. Comprovadamente, o agronegócio não é incompatível com as denominadas economias familiares. Setores dinâmicos como a avicultura e a suinocultura baseiam-se precisamente nessa conjugação. Ao contrário disto, os que viam na reforma agrária um caminho revolucionário, embora reconhecendo que o movimento se tenha esgotado, tratam de canalizar o suposto potencial revolucionário numa outra direção. Que é mais ou menos o que pretende a Pastoral da Terra.

Se ainda assim for considerado que não representa a Igreja Católica, recorramos à Campanha da Fraternidade de 2007, patrocinada pela CNBB, que mereceu editorial do jornal *O Globo* (25/02/2007), com o expressivo título de "Afronta à lei". Resumo o seu teor.

Ao lançar a mencionada campanha, afirma o editorial, "convocou uma mobilização nacional para "a proibição de emissão de liminares nos conflitos com o latifúndio", não apenas extrapolando o âmbito de sua atividade legítima como se manifestando, de forma radical, contra um princípio jurídico básico que precisa ser respeitado". E, prossegue: "Não é de admirar que, seguindo a mesma linha, o texto base da campanha faça menção a algo que chama, sem definir, de "modelo consumista neoliberal", nem que o secretário-geral da CNBB, Dom Odílio Scherer, defenda com todas as letras "um diferente conceito de propriedade".

Conclui o jornal carioca que se trata "claramente de mais uma demonstração do poder de contaminação da ideologia". Não me parece que seja apenas isto. Consiste numa fixação absurda na "vulgata marxista", que nenhum setor representativo do socialismo ocidental leva em conta no presente. A origem do anacronismo é flagrante: é preciso

destilar ódio à riqueza e ao capitalismo, na melhor tradição contra-reformista, embora corresponda à antípoda da mensagem fundamental do cristianismo, decorrente do princípio do amor ao próximo.

O mais grave é que a Igreja Católica brasileira arroga-se o direito de não levar em conta o que afirmou o Papa João Paulo II na Encíclica *Centesimus Annus*. Transcrevo a referência ao capitalismo³:

“Voltando agora à pergunta inicial: pode-se por acaso dizer, após o fracasso do Comunismo, que o capitalismo é o sistema vitorioso, e que o capitalismo poderia ser a meta dos países que agora se esforçam por reconstruir suas economias e a sociedade? Este é o modelo que deveria ser proposto aos países do Terceiro Mundo, que buscam o caminho do progresso econômico e social?”

A resposta é obviamente complexa. Se por “capitalismo” entendemos sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo das empresas, do mercado, da propriedade privada e a correspondente responsabilidade pelos meios de produção, do mesmo modo que a livre criatividade humana no setor econômico, então a resposta será certamente afirmativa, embora talvez fosse mais apropriado falar de “economia empresarial”, “economia de mercado”, ou simplesmente “economia livre”. Porém, se por capitalismo entende-se um sistema no qual a liberdade no sistema econômico não se acha limitada por uma sólida estrutura jurídica que o coloca ao serviço da liberdade humana em sua totalidade e a emprega como um aspecto particular daquela liberdade, cujo núcleo é religioso e ético, então a resposta é certamente negativa.”

A definição do Papa João Paulo II é lapidar. Pergunto: o Brasil dispõe de um ordenamento jurídico que assegure regras estáveis à economia de mercado? Dispõe de Banco Central independente, capaz de afrontar a voracidade estatal, que comprometa a estabilidade da moeda? As agências reguladoras – forma moderna de ingerência estatal na vida econômica das empresas – têm suas prerrogativas essenciais reconhecidas e respeitadas?

A resposta é necessariamente negativa, bem como a conclusão daí resultante: o Brasil não é um país capitalista.

A definição de capitalismo de João Paulo II não autoriza a inferência de que o capitalismo deva transformar as pessoas em seres morais. O grande teólogo norte-americano Reinhold

³ Consta dos primeiros parágrafos do item 42.

Niebuhr (1892/1971) ensinou-nos que, olhando para a desordem do mundo é admissível que algumas pessoas duvidem da existência de Deus. Mas, se é assim, não têm porque duvidar da existência do Diabo⁴.

De onde proviria o cinismo moral de setores da elite

Acredito ter demonstrado que a Contra Reforma propiciou uma componente fundamental de nossa moralidade social básica. Ao mesmo tempo, contudo, sobressai a existência de flagrante cinismo, em matéria moral, sobretudo em segmentos da elite que, na visão de dois notáveis estudiosos dessa temática, proviria do romantismo. Parece-me, contudo, que ambos têm uma visão teórica, tanto da Contra Reforma como do romantismo. Isto é, dispensaram-se de examinar o formato que assumiram em nosso meio os dois movimentos culturais. A expressão brasileira do romantismo é o indianismo. A crítica que lhe foi dirigida (sobretudo por Varnhagen) consistia na impropriedade da atribuição aos índios de valores morais aos quais eram de todo alheios, sendo incontestavelmente ocidentais. Machado de Assis, por sua vez, costuma ser arrolado entre os criadores de uma nova tradição literária, oposta ao romantismo. Por isto mesmo teria revelado tamanha capacidade de criar figuras imorredouras, perfeitamente afinadas com a nossa maneira de ser (notadamente da elite). Suponho que seria mais realista associar à tradição patrimonialista a falta de ética de contingentes expressivos de nossa elite.

A caracterização acabada do patrimonialismo foi feita por Simon Schwartzman, no livro *Bases do autoritarismo brasileiro* (1982)⁵. Tendo em outras oportunidades⁶ procurado caracterizá-lo, limito-me aqui ao essencial.

A propósito da adesão de São Paulo à revolta militar de 1924, José Carlos Macedo Soares (1883/1968)⁷ publicou um livro em que procura esclarecer em que consistiria a diferença entre o

⁴ Cf. *Moral Man and Immoral Society* (1930; reeditado pelo autor em 1960).

⁵ O seu primeiro estudo aprofundado dessa questão apareceu em 1975 (*São Paulo e o Estado nacional*). Seguiram-se diversos ensaios. *Bases do autoritarismo* seria a versão definitiva. Desde então tem se dedicado à educação, onde conquistou merecida autoridade.

⁶ Em especial no livro *A querela do estatismo* (2ª edição, Tempo Brasileiro, 1994).

⁷ Destacado líder empresarial e político paulista. Depois da Revolução de 30, registra grande presença na esfera federal, inclusive exercendo o cargo de interventor federal em São Paulo, em seguida à deposição de Vargas.

que pretendia a elite política paulista e aquela que dominou durante a República Velha. O livro considerado intitulou-se *Justiça—a revolta militar em São Paulo* (1925).

Depois de citar o trecho em apreço, comenta Schwartzman: “O que é notável neste texto é a clareza com que distingue dois tipos de política que existiam no país. Um “o alvo e ambição de quase todos os homens públicos do país,” são os “cargos de nomear”, de estabelecer clientelas pela distribuição de empregos. Neste tipo de política o cargo público era algo para ter e gerir, para aumentar o prestígio e a riqueza do político —uma espécie de patrimônio pessoal. O que os paulistas queriam, no entanto, era outra coisa. Eles tinham seus próprios patrimônios e estavam interessados em controlar os mecanismos de decisão, em poder influenciar as ações governamentais no sentido de facilitar e ajudar na consecução de seus objetivos econômicos próprios e privados. Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar os seus negócios; para quase todos os outros a política era o seu negócio. É nisto que reside a diferença e, em última análise, a marginalidade política daquele estado.”⁸

A maneira como se constituiu Estado Patrimonial no país foi magistralmente comprovada por Schwartzman. Na maioria dos estados, a estrutura estatal correspondia à principal riqueza. Historicamente, considero que o fenômeno tornou-se mais claro na República Velha. O que a historiografia marxista denominou de *oligarquia*, como correspondendo a grupos econômicos que colocaram o Estado a seu serviço, não tem qualquer comprovação, tratando-se de simples postulado, como de resto o seu empenho em enquadrar a nossa realidade nas categorias marxistas. Na verdade deu-se o contrário. A estrutura estatal é que correspondia ao seu *negócio*.

Coube a Vargas, sob o Estado Novo, congregar as chamadas “oligarquias” estaduais no Estado Unitário. Assim se completa a feição típica do Estado Patrimonial, que consiste numa estrutura mais forte que a sociedade.

Resumo as conclusões de Schwartzman.

Toma como referência o fenômeno da urbanização sem industrialização que, a seu ver,

permite desvendar o fato, tido na verdade como um mistério, de que a linha de estruturação das instituições políticas, seguida pelo Brasil, não obedece ao padrão fixado por aqueles países da Europa feudal que se transformaram nas sociedades capitalistas ocidentais. Conclui que estaria mais próxima da outra variante de sistema político, denominada de *patrimonialismo*. Afirma com toda propriedade que “essa distinção, de inspiração

⁸ Idem, págs. 103/104.

weberiana, não foi suficientemente explorada a ponto de, pelo menos, colocar em questão o paradigma teórico dominante que, ainda que derivada da primeira tradição histórica, é aplicada à segunda com grande perda de compreensão e poder explicativo.”

Tomando por base o aludido fenômeno -- urbanização sem industrialização--, tipifica quatro regiões.

A primeira corresponde a Minas Gerais e estados nordestinos e, a segunda, ao Rio de Janeiro.

A antiga área nordestina de cultura da cana-de-açúcar, de um lado, e, de outro, as zonas em que se desenvolveram atividades mineradoras, em Minas Gerais, têm em comum passado de riqueza e de proeminência econômica nacional. Desse passado ficou como herança concentrações urbanas, desprovidas de uma atividade econômica importante e de alta lucratividade, ao mesmo tempo que estrutura burocrática proveniente mesmo dos tempos da administração colonial. O Rio de Janeiro revestiu-se das mesmas características, enquanto capital do país.

A reconstituição do processo segundo o qual se constitui no país uma base social dependente da estrutura estatal burocrática, formada historicamente, passa pelo reconhecimento da existência daquelas regiões detentoras de concentrações urbanas e, ao mesmo tempo, desprovidas de outra fonte de sustentação, capaz de competir com o Estado. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Nordeste assumem tal característica.

A esse conjunto acresce o Rio Grande do Sul que, afirma o autor, “historicamente tem desempenhado, no sistema nacional, um papel político bastante desproporcional à seu tamanho e importância econômica.” Prossegue Schwartzman: “O Rio Grande parece ter desempenhado um papel semelhante ao que Portugal e Espanha desempenharam na Europa cristã: como um posto militar de fronteira, desenvolveu sua própria ortodoxia, o positivismo – em uma combinação peculiar, soma tradição militar e a cultura boiadeira – e uma forte oligarquia estadual, que reunia forças tanto para a luta contra o inimigo espanhol e *porteño* quanto para a luta pela autonomia em relação ao Império brasileiro. A região era base da ala mais importante do Exército brasileiro, fornecendo, também, uma parte considerável dos seus quadros. Desempenhou um papel bastante ativo na vida política nacional, desde a criação do Partido Republicano Rio-Grandense, em 1882, na derrubada do Império, em 1889, e daí em diante.”⁹

Esclarece que, sem embargo da contribuição para a formação no país de uma agricultura moderna, de alta produtividade, “permanece o fato de que o papel político do Rio Grande, a nível nacional, tem historicamente mais a ver com a sua tradição militar, caudilhista, revolucionária e oligárquica, do que com os aspectos modernos e europeizados de sua economia e sociedade.”

Por fim, destoando desse conjunto, temos São Paulo. Afirma então: “Desde o início da história do país, a antiga Capitania

⁹ *Bases do autoritarismo brasileiro*, ed. cit. pág. 34.

de São Vicente se desenvolveu independentemente da administração central.”

A síntese dessa caracterização acha-se apresentada desta forma: “O Nordeste decadente, a economia mineira em decadência, o centro administrativo do país concentrado no Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul militarizado e em pé de guerra –são estes os núcleos principais deste país imenso que se manteria unido a duras penas no processo de independência.”¹⁰

O interesse na análise do tema do Estado Patrimonial Brasileiro, a partir dos anos setenta do século passado, advém do fato de que, nesse ciclo, completa-se a Revolução Industrial. Tal se deu, como sabemos, sob a égide do Estado. Oliveira Viana supunha que dessa intervenção resultaria no país o surgimento da base social requerida pelas instituições liberais. A Revolução Industrial deveria criar novos pólos de interesses, o que automaticamente iria requerer fosse institucionalizada a negociação entre tais interesses, em lugar do emprego da força¹¹, razão de ser do Estado de Direito.

No auge dos governos militares, o Estado detinha cerca de 60% do patrimônio das cinco mil e trezentas maiores empresas não-agrícolas¹². No setor siderúrgico, por exemplo, em 1975, o patrimônio líquido das empresas governamentais somava US\$ 7,6 bilhões contra US\$ 3,3 bilhões dos grupos privados. Depois daquela data, criaram-se mais duas grandes siderúrgicas estatais (Tubarão e Açominas). Nos setores elétrico, petróleo, petroquímica e telefonia o domínio estatal era absoluto. A égide estatal no setor bancário era igualmente incontestada.

Após a abertura, a Constituição de 88 consagrou a estatização da economia. Dada a gravidade dos problemas daí decorrentes, veio a ser reformada em 1994, o que permitiu fossem efetivadas algumas privatizações --sem dúvida relevantes --, a exemplo dos setores siderúrgico, telefonia e mineração. Manteve-se o domínio estatal na geração de energia e a existência da Petrobrás, além do controle sobre a parcela fundamental da infra-estrutura de transportes (rodovias e portos). Deste modo, a União preservou em suas mãos cobiçados “cargos de nomear”, o que tipifica e justifica seja denominado de *patrimonial* instituição que detém patrimônio tão colossal.

Difícilmente será factível reverter tal quadro. A industrialização brasileira processou-se sob o lema da “substituição de importações”. O que não estava diretamente em mãos do Estado dependia e depende estritamente da sua proteção. O BNDES tornou-se a única agência de investimentos no país e orienta-se estritamente por aquele princípio.

Assim, a chamada indústria nacional não se transformou num contraponto à burocracia estatal. A circunstância explica, em grande medida, a baixa participação do comércio exterior na formação do PIB.

Ao que tudo indica, somente o agronegócio conseguiu criar mecanismos financeiros autônomos.

¹⁰ Obra citada, edição citada, pág. 68.

¹¹ No *Curso de Ciência Política*, Gianfranco Pasquino expressa essa alternativa do seguinte modo: “...como é sabido, a experiência clássica do constitucionalismo anglo-saxão está marcada pela tentativa, no essencial coroada de êxito, de substituir as balas (*bullets*) por boletins de voto (*ballots*) como instrumento de resolução de conflitos, contando cabeças ao invés de as cortar”. (tradução portuguesa, Lisboa, Principia, 2003, pág. 53)

¹² Gilberto Paim –*Estoque brasileiro de capital segundo ua origem*. Rio de Janeiro, 1975.

Portanto, em que pese tenha o Brasil se transformado numa nação industrial, a natureza do Estado não se alterou substancialmente. Ao invés de estar em mãos de estamentos da classe dominante, o Estado continua sendo o grande negócio da burocracia estatal, associada, como indicara Schwartzman, a segmentos expressivos da classe política, muitos dos quais, aliás, provêm diretamente daquele grupo social.

Brasília, agosto de 2007.

A MORALIDADE SOCIAL DO BRASILEIRO

No texto a seguir, resumo a visão que os sociólogos têm do problema

Roberto DaMatta nasceu em 1936, sendo natural de Niterói. Fez curso de pós-graduação em antropologia social no Museu Nacional, seguindo a carreira universitária, nessa mesma instituição. Concluiu o doutorado, em idêntica área, na Universidade de Harvard, Estados Unidos. Foi professor visitante nas Universidades norte-americanas de Berkley e Notre Dame. É co-editor da revista **Current Anthropology** e do **Anuário Antropológico**, este publicado regularmente pela Editora Tempo Brasileiro.

De início ocupou-se de etnografia, com base em pesquisas desenvolvidas junto às comunidades indígenas remanescentes no Médio Tocantins. Seu primeiro livro de sociologia, uma autêntica novidade, intitulou-se **Carnavais, malandros e heróis** (1979). A hipótese básica, então apresentada, seria desenvolvida em outras obras, entre estas **O que faz o Brasil, Brasil?** -1984, e **A casa e a rua**-1987. Registra uma grande presença na imprensa periódica.

Aquela hipótese básica seria utilizada para empreender uma ampla pesquisa, dirigida por um de seus discípulos, Alberto Carlos Almeida, que se ocupa, desde há muitos anos, da denominada Pesquisa Social Brasileira. Teve o mérito de apresentá-la em poucos conceitos, de fácil compreensão, sem empobrecer a riqueza originária. Seus resultados foram divulgados no livro **A cabeça do brasileiro** (Editora Record, 2007).

Almeida ressuscitou uma antiga dicotomia, o confronto entre **arcaico** e **moderno**, revestindo-o de grande vivacidade.

No Brasil, o arcaico é identificado com o que DaMatta comprovou ser a nossa característica central: “um país hierárquico no qual a posição social e a origem são fundamentais para definir o que se pode e o que não se pode fazer; para saber se a pessoa está acima da lei ou se terá de cumpri-la.” A comprovação empírica dessa identificação não deu lugar à discussão que, supostamente, deveria ocorrer inevitavelmente. Foi bloqueada como tudo quanto, no plano teórico ou ideológico, contraria a elite burocrática, a serviço da qual se têm colocado sucessivos segmentos da intelectualidade.

Por entender que se trata de algo essencial, vou procurar sintetizá-la.

A pesquisa em apreço comprova que a maioria da população brasileira recorre ao que DaMatta denominou de **jeitinho brasileiro**, isto é, admite que regras essenciais para a sobrevivência da sociedade podem ser violadas. Estabelecendo-se uma certa gradação nesse “jeitinho” chega-se a conclusões espantosas. Por exemplo: “Para a população de baixa escolaridade, que apóia a quebra de regras patrocinada pelo “jeitinho brasileiro”, há também uma tendência em mostrar-se tolerante com a corrupção. Para muitas dessas pessoas, não há “esquecimento” das denúncias; elas simplesmente não são importantes.” (pág. 27)

Essa verificação correlaciona-se diretamente com a tese defendida pelos autores que tipificam o Estado brasileiro como Estado Patrimonial. Neste tipo de estrutura estatal, a alta burocracia e parte da elite política consideram que podem lidar com seus recursos como se fossem uma propriedade particular. Como mostramos precedentemente, Simon Schwartzman identifica tanto o processo histórico de sua constituição como a respectiva base social.

Nessa direção, a pesquisa dirigida por Carlos Alberto Almeida permite-lhe concluir que grande parte da população brasileira é patrimonialista, não tem espírito público, sendo a favor de mais intervenção do Estado na economia. Entre

outras, as perguntas a seguir indicadas facultam as mencionadas conclusões. Antes de apresentá-las, cabe destacar a pertinência do planejamento adotado, tendo em vista a verdadeira feição do contexto social.

A metodologia adotada levou em conta a realidade brasileira no que respeita à escolaridade da população, que seria o parâmetro central na subdivisão do universo a ser pesquisado. Tiveram um peso mais ou menos proporcional os contingentes populacionais que tinham freqüentado até a quarta série isto é, o antigo primário (25% do universo pesquisado); da quinta à oitava séries, isto é, o atual primeiro grau (23%) e o ensino médio (31%). Os analfabetos e os que concluíram o ensino superior tiveram peso menor, respectivamente 9% e 12%.

A escolha em apreço tem muito a ver com a distribuição de nossa população, segundo os níveis de escolaridade. O grau de instrução do eleitorado brasileiro, na oportunidade da última eleição (2006) --equivalente a 125,8 milhões de pessoas, isto é, 70% da população--, apresentava-se deste modo: analfabeto, 7%; lê e escreve, 17%; primeiro grau incompleto, 35%. Temos portanto que cerca de 60% dos detentores do direito de voto, possuidores de título eleitoral, são virtualmente analfabetos.

A faixa subsequente distribui-se deste modo: primeiro grau completo, 8%; segundo grau incompleto, 17%; segundo grau completo, 11%; superior incompleto, 2%; superior completo, 3%.

Damos a seguir idéia sumária dos resultados da pesquisa.

As pessoas pertencentes aos grupos situados abaixo daqueles que freqüentaram a escola até à oitava série, em proporção superior a 50%, consideram certo o “jeitinho brasileiro”. Têm-no na conta de errado 52% dos que concluíram o ensino médio e 67% daqueles com nível superior.

No que respeita à aceitação da tradicional hierarquização da sociedade, foram feitas perguntas deste tipo: admissão de que a empregada assista televisão na sala; uso de elevador social; forma de tratamento do patrão (você

ou senhor). O propósito era encontrar maneira de fazer as perguntas de modo o mais claro possível.

Constatou-se que as pessoas com menor escolaridade aceitam parte das liberalidades mas continuam chamando o patrão de senhor.

Nesses grupos de menor escolaridade aparece contingente que considera legítimo usar, em benefício próprio, o cargo público que ocupe. O mesmo ocorre em relação à presença do Estado na economia. É espantoso também verificar que, quanto mais baixa a escolaridade, mais pessoas se apresentam favoráveis à censura a programas da TV que façam críticas ao governo.

Em síntese, as pessoas com superior e nível médio completos são contrárias a certos comportamentos (enquanto os segmentos que não completaram o ensino médio são a favor), a exemplo dos seguintes: “jeitinho brasileiro; “você sabe com quem está falando?”; tratar a coisa pública como se fosse algo particular de cada um. Os dois grupos se distinguem em relação a outros comportamentos. Os de mais alta escolaridade são antifatalistas, tendem a não acreditar ou dar importância ao destino; confiam mais no amigos; são a favor de que as pessoas colaborem com o governo no zelo pelo espaço público; contra a lei do talião (por exemplo: estupro de preso que tenha praticado tal crime, pelos companheiros de cela); a favor de comportamentos sexuais diversificados; contra a intervenção do Estado na economia; contra a censura.

Transcrevo o essencial da conclusão.

Antonio Carlos Almeida esclarece que a intenção fundamental da pesquisa era averiguar, até que ponto o comportamento cotidiano de nossa população seria compatível com a prática democrática, tendo em mente a resposta negativa de Roberto DaMatta. Afirma em resposta: “Nossa pesquisa mostrou que Roberto DaMatta está essencialmente correto. O Brasil é hierárquico, familista, patrimonialista e aprova tanto o “jeitinho brasileiro” quanto um amplo leque de comportamentos similares. Porém, uma qualificação importante precisa ser feita. O país não é

monolítico, é uma sociedade dividida entre o arcaico e o moderno.”

Prossegue: “Se DaMatta estiver certo, a herança cultural portuguesa, com seu peso de 500 anos, leva o Brasil a ser culturalmente muito diferente dos Estados Unidos, em particular quanto a aspectos relevantes da vida social, como o respeito à lei. Assim, mesmo que a escolaridade dos brasileiros aumente muito, as mudanças de visão de mundo, culturais e ideológicas resultantes seriam pequenas face ao legado ibérico. O Brasil continuaria bastante distinto de países anglo-saxões, como Estados Unidos e Inglaterra.”

Antonio Carlos Almeida considera, entretanto, que, os resultados da pesquisa levam-no a confiar em que a elevação dos níveis de escolaridade aproximará a cultura brasileira de outras culturas, inclusive as dos países anglo-saxões.

O trabalho liderado por Alberto Carlos Almeida é de extrema relevância. Naturalmente será lícito discordar do seu otimismo quanto à possibilidade de superação desse estado de coisas, pela simples elevação dos contingentes que concluem o ensino médio e o superior. Nesse particular, aliás, basta ver a composição do eleitorado brasileiro, antes apontada, para tornar-se patente que a grande prioridade é o Ensino Fundamental. Esse nível escolar atua de modo perverso, na contra-mão da tarefa que lhe compete: tornou-se o grande alimentador dos baixos níveis de escolaridade vigentes no país.

O patrimonialismo brasileiro é uma estrutura estatal que tem revelado ser mais forte que a sociedade. O esforço teria que ser desenvolvido nesta direção: reduzir o seu poder. Há muita coisa que poderia ser feita. Em primeiro lugar, atender à grande aspiração nacional no que se refere ao fortalecimento da Federação. E, em segundo, desfazer o nó de que resultou da industrialização com base na substituição de importações. Para tanto, basta substituir, na distribuição de incentivos e acesso a financiamentos oficiais, a obrigatoriedade dos chamados “índices de nacionalização” pelo princípio da parceria permanente com empresa estrangeira. Desde que se estenda à tecnologia, isto

é, nos torne partícipes do processo correspondente (norma que, adotada no governo FHC, tem sido ignorado pelo governo petista).

Essa discussão somente irá prosperar se os resultados da pesquisa, de Alberto Carlos Almeida, forem levados a sério. É compreensível, portanto, que o patrimonialismo brasileiro, na pessoa daqueles que movem os seus cordéis, tenha tratado de silenciá-la.

(Transcrito de *Interpretações do Brasil*, no prelo)

This document was created using
Smart PDF Creator
To remove this message purchase the
product at www.SmartPDFCreator.com